

Aconteceu

CENTRÃO DERROTADO

Na votação do direito de propriedade,
direita não consegue derrubar
o bem social. A próxima votação
é a estabilidade.

KARDEX
MC
PP
DOC. GERAL



No Plenário a comemoração dos progressistas, ao lado dois líderes do Centrão surpresos.

TRABALHADORES URBANOS

**Sindicalistas querem mudar
executiva da CGT.**

INTERNACIONAL

**Congresso dos EUA rejeita verba para os
Contras da Nicarágua.**

Nota da Redação

Neste número do Aconteceu (443) temos um recado para o leitor. Estamos querendo sua opinião e contribuição para o crescimento do nosso jornal semanal. Procuramos sempre abordar as notícias de interesse geral, buscando na leitura dos jornais da chamada grande imprensa selecionar as notícias que atingem mais diretamente a maioria da população, seus interesses e anseios. Além dessa fonte, gostaríamos de ter a colaboração dos leitores para nos informar sobre o que se passa em sua região, comunidade ou trabalho. A notícia é livre. Vamos formar uma grande rede de informações para nos inteirarmos das coisas que acontecem por este Brasil afora.

Além do Aconteceu, você pode ainda contar com outras publicações do CEDI, como o Aconteceu no Mundo Evangélico e a Revista Tempo e Presença que são periódicos informativos e analíticos específicos.

É bom salientar nesta nota que o Aconteceu sofrerá uma interrupção nesta semana para a voltar com o número 444 na semana seguinte ao carnaval. Sabemos que a situação geral não permite muita brincadeira, mas pra quem está acostumado a pular o ano todo sobre as dificuldades geradas pela nossa política econômica, não custa nada canalizar este exercício agora para a folia louca do carnaval. (o editor)

ACONTECEU SEMANAL

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em **trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais** e outras. Contém também uma seção de Cartas ao Leitor, onde serão divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação. O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo o Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 200,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85,00 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Aconteceu n.º 443 — fev/1988

**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação**

Rua Cosme Velho, 98
Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

**Conselho de
Publicações**

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da
Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Helolisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho
(coordenador)

Jorge Luiz Carrera
Jardineiro
Marcus Vinícius Grod
Borges
Neide Esterici
Sérgio Alii
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor:
Xico Teixeira
Produção Gráfica:
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Ninguém se entende mais no Centrão.

O agrupamento denominado Centrão sofreu um duro golpe nesta semana, quando não conseguiu aprovar suas propostas para o direito de propriedade (capítulo 38 do sexto parágrafo). Os variados grupos da Constituinte não chegaram a um acordo e, pela primeira vez, uma votação caiu no chamado "buraco negro", ou seja, terá de voltar para o relator Bernardo Cabral para nova redação. O plenário rejeitou a proposta do Centrão, não por mérito das forças progressistas e da esquerda, mas muito mais pela própria bagunça que se transformou a direita. O deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos líderes do grupo, admitiu que havia perdido o controle

e que o Centrão tinha se dividido. Bom para o povo brasileiro.

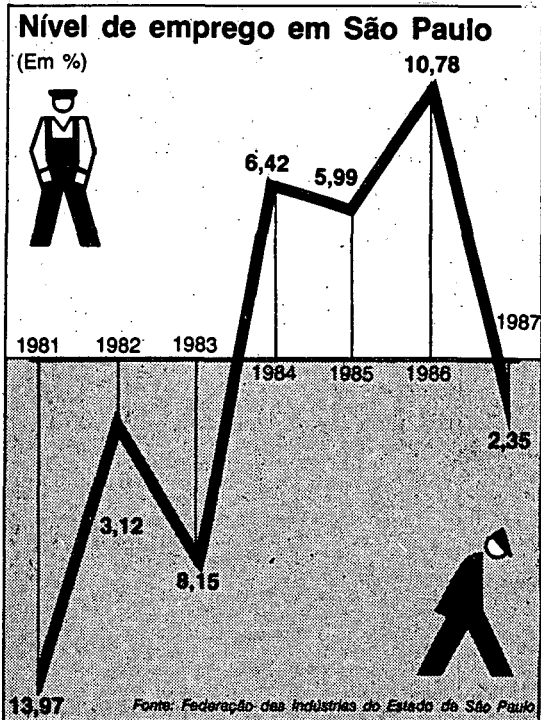
A votação do direito de propriedade ficou indefinida e o impasse surgiu exatamente no momento em que progressistas e esquerda insistiram que o direito de propriedade deve ser vinculado ao bem social. A maioria do Centrão, para ser coerente com suas propostas, não aceitou e apostou na vitória. Se deu mal...

Agora, é esperar até depois do carnaval quando o país volta a funcionar. Além do direito da propriedade, o próximo tema polêmico e que vem logo a seguir é o da estabilidade.

Emprego é cada vez menor em São Paulo

Dez mil trezentos trabalhadores da indústria paulista foram demitidos em janeiro, o que significou uma queda de 0,50% no nível de emprego, em comparação com dezembro do ano passado. No acumulado dos 12 últimos meses, a queda chega a 2,67%, o que corresponde a 55 mil 650 demissões. Os dados foram divulgados pelo diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, que atribui a taxa negativa a dois fatores: o fato de janeiro ser tradicionalmente um mês em que há queda no nível de emprego e o clima existente no país, em que as empresas aguardam a definição da nova Constituição para se decidir por novos investimentos.

Os números anunciados pelo Departamento de Documentação da Fiesp coincidem com os dados pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais o crescimento industrial de 1987 foi o mais baixo dos últimos três anos. O diretor da Fiesp, porém, entendeu que foi a falta de confiança o principal inibidor para um melhor desempenho na indústria, "tanto que o salá-



rio médio real de 1987 foi equilibrado ao de 1986, mas superior ao de 1985, e o saldo das cadernetas de poupança em dezembro subiu 7%". (JB - 9/2/88)

Paulista acha que corrupção vai aumentar

Para 83% dos paulistanos a corrupção no serviço público vai aumentar (49%) ou permanecer como está (34%). Apenas 13% - ao responder à pergunta "O presidente Sarney prometeu ainda combater a corrupção no serviço público. Você acha que a corrupção irá acabar, diminuir, ficar como está ou aumentar?" - afirmaram achar que ela diminuirá e somente 1% que irá acabar.

Este foi o resultado de uma pesquisa - com margem de erro de 3% - realizada pelo Data Folha na última quarta-feira, dia 3, junto a 1.056 moradores de São Paulo, estratificados por zonas geográficas, nível sócio-econômico da região, sexo e idade. A maior taxa de descrédito ficou para as mulheres e para os paulistanos entre 25 e 39 anos (86%, em cada segmento, acreditam que a corrupção aumentará ou se manterá como está).

Redução de gastos

Em outra pergunta - "O presidente

José Sarney prometeu reduzir os gastos do governo federal. Você acredita que essa promessa será cumprida?" -, novamente a descrença no governo predominou: 85% dos entrevistados afirmaram não dar crédito à promessa de cortes nos gastos públicos. Com altas taxas predominando em todas as faixas, os maiores índices ficaram para a população entre 25 e 39 anos (90%) e acima de 40 anos (78%).

Os paulistanos com preferência pelo PT (16% da população acima de 18 anos) são os mais céticos: 93% não acreditam em cortes nos gastos e 86% acham que a corrupção irá crescer ou permanecer como está. Entre os que simpatizam com o PMDB (14% dos paulistanos), as taxas são de 74% e 76%, respectivamente - números inferiores aos observados entre os que não têm preferência partidária (59% da população): 86% e 84%.

(Folha SP - 07/02/88)

Empresários também não confiam mais no Governo.

Noventa e oito por cento dos empresários e executivos consultados pela empresa Trevisan e Associados responderam com um sonoro "não" à pergunta: "Você confia nos homens que governam este país?"

A virtual unanimidade na desconfiança dos homens de negócio em relação ao governo foi constatada durante os dias 22 e 27 do mês passado, em pesquisa realizada entre 103 executivos e empresários durante o seminário "Pacote Fiscal", promovido pela empresa de consultoria do Rio de Janeiro e em São Paulo.

A pesquisa demonstram com clareza que a maioria do empresariado coloca como problema central para o país e para a sua economia a credibilidade do governo, constatação que fica reforçada pelo úl-

timo número (janeiro) da "Revista da Indústria", órgão oficial da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp). O título da reportagem de capa diz tudo: "O caminho da recuperação é político."

A pesquisa da Trevisan e Associação dá pistas na mesma direção, na medida em que a desconfiança em relação ao governo não se apóia no mau desempenho das empresas em 1987 ou em projeções negativas para 1988.

Exemplo: 71% dos pesquisados previram faturamento maior, no primeiro semestre de 87, ano em que 94% das empresas cujos representantes foram consultados tiveram lucro, ainda de acordo com a pesquisa. (Folha SP - 09/02/88)

CNBB diz que pregação do MDU é contra doutrina do Evangelho

Se depender da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os cristãos não aumentarão as listas de filiados ao recém-criado Movimento Democrata Urbano (MDU); o similar, nas cidades, da União Democrática Ruralista (UDR). O MDU foi fundado para mobilizar o empresariado em defesa da iniciativa privada e do capitalismo.

"O cristão não deve fazer parte dessas entidades, porque a doutrina delas é contra a doutrina social do Evangelho", afirmou, em nome da CNBB, seu assessor de imprensa, padre Arnaldo Beltrami, ao comentar o conselho do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, a Eduardo da Rocha Azevedo, presidente do MDU, para que este movimento "arrebente" as comunidades eclesiais de base (CEBs). A reportagem do **Jornal do Brasil** publicada domingo.

Marcha

A CNBB "condena" os dois movimentos, acentua padre Beltrami. Indiferente a isso, o MDU, que, segundo seu líder, Rocha Azevedo - também presidente da Bolsa de Valores de São Paulo -, já conta com 12 mil associados, prossegue o trabalho de arregimentação e programou inaugurar logo depois do carnaval duas regiões no Rio de Janeiro - uma na capital e outra em Caxias, na Baixada Fluminense.

Alerta

O porta-voz da CNBB, padre Beltrami, lembrou que a posição da Igreja a respeito desses movimentos está contida na nota oficial divulgada em novembro, em Brasília, ao término da 19ª reunião do conselho permanente da CNBB.

Segundo padre Beltrami, a nota, assinada pelos 26 bispos que integram o conselho permanente, acentua que "a doutrina católica não é contra a propriedade, mas sim a favor de que ela seja estendida a todos. Esta posição da Igreja é radicalmente inversa à posição de pessoas e organizações como a UDR, que defendem como direito absoluto uma escandalosa concentração da terra pela apropriação de grandes latifúndios, excluindo, assim, do acesso à propriedade da terra, aqueles que querem dela viver e nela trabalhar".

"Estando essa atitude", prossegue a nota dos bispos. "em clara oposição aos ensinamentos sociais da Igreja, alertamos os cristãos a que não participem dessas entidades que, além do mais, vêm atacando sistematicamente trabalhadores rurais e religiosos obstruindo o caminho da democratização da sociedade brasileira".

Para padre Beltrami, "a nota da CNBB foi bastante clara: engloba na condenação todas essas entidades e pessoas tanto do meio rural como urbano. Aí entram, justamente, a UDR e o MDU".

Reação

O presidente do Movimento Democrático Urbano (MDU), Eduardo Rocha Azevedo, disse ontem que o presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes, está mal informado sobre sua entidade ao afirmar que ela teria uma atuação anticristã. Rocha Azevedo ressaltou que não reconhece a autoridade da "Igreja progressista de frei Leonar do Boff e de dom Evaristo Arns porque suas regras não foram aprovadas pelo papa".

Boff diz que CNBB expressou opinião do povo

Após considerar oportuno o documento divulgado pela CNBB sobre o Movimento Nacional, o frei Leonardo Boff previu que a iniciativa da Igreja, assumindo o papel de "tribunal do povo", acelerará o processo de eleição presidencial este ano. Segundo o teólogo, a crítica mais forte que se pode fazer hoje ao governo do Presidente Sarney é dizer que ele não promove uma política voltada para o social. Frei Leonardo, que participou do curso para agentes de pastoral, na PUC de São Paulo, disse que a Igreja chegou ao seu limite externo e demonstrou uma situação de desprezo ao fazer pela primeira vez uma crítica oficial de corrupção contra o governo. A Igreja vendo a ineficiência dessas denúncias e o não procedimento das investigações e punições, ela mesma prestou voz a este grito que vem de baixo, do povo, e fez repassar para o Governo, disse o teólogo, acrescentando que a Igreja se alinha, embora sem dizê-lo, ao grupo que quer eleições diretas-já.



Todo apoio a D. Luciano

Bispo diz que se não sair Reforma Agrária há convulsão social

"Os poderosos não enxergam que estão encaminhando o Brasil para o desastre. Até por amor à pele, eles deveriam atentar para isso. Como é que se pode ter paz social na cidade, se não se resolve o problema do campo?" A advertência é de Dom Marcelo Cavalleira. Titular da diocese de Guarabira, no Brejo paraibano - região onde há mais de 20 conflitos de terra, envolvendo de 150 a 200 pessoas por propriedade - Dom Marcelo afirma que se a Constituinte não aprovar uma reforma agrária justa, a tensão social será tão forte que vai virar convulsão.

Vítima recentemente de um atentado que atribui a proprietários rurais do Brejo, o bispo conta que teve altos e baixos nas suas expectativas em relação à nova Constituição. "Eram boas, quando já estava no fim os trabalhos da Comissão de Sistematização. Depois, com o fenômeno do Centrão, houve uma decepção muito grande o receio de que tudo viesse abaixo. Mas agora, com os acordos acontecendo, ainda há esperança. Isso vai depender exatamente do trabalho dos parlamentares da convicção de muitos, do bom senso de outros, da pressão popular!" (JB - 08/02/88)

Índios Apurinã protestam contra colônia indígena

Os índios Apurinã querem a revogação da portaria ministerial assinada no dia 19 de janeiro instituindo a "colônia indígena" na aldeia onde vivem, no quilômetro 124 da BR-317, na região de Boca do Acre, no Amazonas. No dia 3 de fevereiro os Apurinã fizeram uma manifestação em frente à sede da administração regional da Funai, em Rio Branco, no Acre, protestando contra a portaria.

As lideranças consideraram que a colônia indígena, uma espécie de colô-

nia agrícola, coloca em risco suas terras e exigem que a aldeia - onde vivem 166 apurinas, entre eles 43 crianças e 35 mulheres grávidas - seja demarcada.

Segundo o bispo da diocese de Acre - Purus, d. Moacyr Grechi, que appia o movimento, a colônia não garante aos índios a mesma proteção dada aos que vivem em reservas. As terras, em sua opinião, acabarão sendo reduzidas e além disso será facilitada a ação dos medeiros e castanheiros. (diário popular-SP-3/2/88)

A política de demarcação das áreas indígenas na fronteira

A polêmica Portaria Interministerial que cria as três colônias indígenas de Pari-Cachoeira, vem dar início à política de demarcação das áreas indígenas na fronteira, elaborada pelo CSN. Essa política, que procura combinar os objetivos militares e de segurança com o aproveitamento econômico dos recursos naturais existentes nas terras indígenas, foi fortalecida com o projeto Calha Norte.

O CSN elegeu os Tukano de Pari-Cachoeira, para implementação dessa política. A negociação direta do conselho com os líderes da região, transcorreu durante todo o ano de 87. Alguns líderes que participaram ativamente dessa negociação são funcionários da Funai, que durante as conversações defendiam a demarcação de suas terras e a mineração em área indígena - a Paranapanema atua na área - engrossando assim o lobby da mineradoras.

Assim, no bojo dessas discussões, estava presente a questão da mineração em terras indígenas, exploração da madeira e garimpo, com grande repercussão na imprensa, e refletindo tendenciosamente nas discussões do Congresso Constituinte, uma vez que o posicionamento dessas lideranças foi propositamente apresentado como o pensamento dos índios do Brasil.

Fora da Lei

É inconstitucional o decreto número 94.946, no qual a portaria se baseia para implantar as colônias indígenas. O decreto assinado pelo Presidente José Sarney no dia 23 de setembro/87, classifica:

Área indígena, se ocupada ou habitada por silvícolas não aculturados ou em incipiente processo de aculturação.

Colônia indígena, se ocupada ou habitada por índios aculturados ou em adiantado processo de aculturação.

A atual Constituição não faz diferença entre os índios, e o Estatuto do Índio, também não, daí a inconstitucionalidade.

ACONTECENDO

Amigos do rei

Foi o economista Luiz Gonzaga Belluzzo quem primeiro denunciou, quando saiu do governo, o esquema de socorro às empresas cujos controladores tinham bom trânsito no governo Sarney.

Leia-se, Sharp, Transbrasil, Mendes Jr. e Engesa.

Desgraça global

Os depurados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Amaral Neto (PDS-RJ) também caíram em desgraça no Sistema Global (TV, jornal e rádios). A ordem ali é não entrevistá-los mais como líderes do Centrão. Parece que eles têm provocado antipatias por suas posições radicais de diretas. Outro que não tem mais acesso livre ao noticiário global é o líder do PFL José Lourenço. Todos são considerados do Centrão "xiita".

A preferência agora é para os deputados do Centrão "light" como Ricardo Fiuza (PFL-PE), Bonifácio de Andrade (PFL-MG) e Afif Domingos (PL-SP), considerados moderados, embora de direita.

Retrato do Brasil

Marco Maciel equilibra uma garrafa de cachaça na mão esquerda e uma sombrinha de passista na direita, ensaiando passos de frevo.

Antonio Carlos Magalhães, vestido de baiana, discute com o brabo pirata Aureliano Chaves.

Brisola, de gaúcho, de posse de uma bisnaga de plástico, molha a roupa do raivoso presidente Sarney que se entretinha brincando com um maracá.

Ulysses, de cacique, com direito a cocar e tudo, equilibra um copo na mão.

Esta alegoria faz parte do cartaz de um bloco carnavalesco pernambucano que homenageia O País das Maravilhas.

(Informe JB - 9/2/88)

Ninguém sabe, ninguém viu...

E a gasolina disparou mais uma vez. Foi para Cz\$ 55,30 no segundo aumento do ano. Enquanto isso, não se fala mais no tal empréstimo compulsório da gasolina, instituído no ano passado para compor o Fundo Nacional de Desenvolvimento. Só se sabe que continuamos a pagar um dos combustíveis mais caros do Planeta (e olha que a gente é pioneiro no gas...)

"Centristas" arrependidos iniciam debandada.

O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB - CE) prossegue incansável na busca de apoio para formalizar a dissidência do Centrão. Ubiratan diz que já conta com 25 constituintes do PMDB. No cafezinho do plenário, ele chamou a um canto o deputado Antonio Câmara (RN) e pediu sua assinatura num documento em favor do PMDB. Teve êxito com Câmara e, em seguida, com Del Bosco Amaral (PMDB-SP). Outro que assinou seu documento foi Manuel Viana (CE). Além de Ubiratan, está recolhendo assinaturas o deputado Marcos Lima (PMDB-MG). (JB-9/2/88)

O último

Na noite da última quarta-feira um blecaute deixou Brasília às escuras cerca de meia hora.

No Congresso, em meio a uma reunião de líderes partidários, alguém gritou:

"Puxa, o último já apagou a luz..."
(Painel - 08/02/88)

"Murro" de Sarney

De um assessor direto de Sarney, comentando os inúmeros conselhos para que o presidente dê o famoso murro na mesa:

"Estão querendo que ele seja um Mike Tyson, quando o seu estilo está mais para Cassius Clay: primeiro minar o adversário, com "jabs" curtos, para só então desferir o seu "uppercut" demolidor!"
(Painel - 08/02/88)

Quatro em alta

Contas feitas em Brasília, por políticos experientes, dão conta de que pelo menos 30 dos 317 parlamentares que assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) propondo cinco anos de mandato para Sarney mudaram de opinião e pretendem votar agora nos quatro anos.

Isso sem contar os que assinaram a penas por "apoio" - assinaturas para dar número e sem nenhum compromisso de voto. (Painel FSP - 07/02/88)

Cinco em baixa

Até os ministros mais próximos de Sarney dão mostras de que a tendência pela aprovação dos quatros anos está crescendo.

Na última semana, Antonio Carlos Magalhães encontrou-se com o deputado Aécio Neves da Cunha (PMDB-MG) e lamentou:

"O negócio para nós está ruim."

(Painel FSP - 07/02/88)

"Robertão", o culpado

Antônio Carlos Magalhães prefere culpar o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do Centrão, e sua frase "é dando que se recebe", pelo prejuízo dos cinco anos:

"O estrago que o "Robertão" fez não tem tamanho."

Contas de Sant'Anna

Preocupado com a sangria entre os adeptos dos cinco anos, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, fez um levantamento, para saber quantos parlamentares continuam apoiando aquele tempo de mandato.

Não se sabe ainda o número exato levantado por Sant'Anna. Um "quatroanista" que jura ter visto a lista diz não haver mais que 150 nomes.

(Painel FSP - 07/02/88)

Sem recuo

A CNBB não recua: sete mil paróquias e cem mil comunidades de base espalhadas pelo país estão recebendo cópias do documento recentemente emitido pela cúpula da entidade, condenando a corrupção no seio do governo. (Painel FSP - 07/02/88).

Reação da CUT

A CUT de Brasília reagiu à decisão de Ulysses Guimarães de pedir investigação federal para enquadrar os responsáveis pelos cartazes acusando os parlamentares do Centrão de "traidores do povo": passou a madrugada colando pela cidade cartazes que ainda tinha em estoque.

(Painel - 07/02/88)

Engano fatal

O deputado Furtado Leite (PFL-CE) fazia, na Comissão de Fiscalização do Poder Executivo, uma defesa ardorosa da gestão do ex-ministro Aníbal Teixeira, quando houve um rápido corte no fornecimento de luz.

Resolvido o problema, o presidente da comissão, Fernando Gasparian devolveu-lhe a palavra:

"Pode, continuar, deputado Leite Furtado", disse Gasparian, aparentemente sem maldade. (Painel FSP - 07/02/88)

Baixa na direita

O senador Virgílio Tavares (PDS-CE) foi operado ontem, em Brasília. (Painel FSP - 07/02/88,

Baixa na esquerda

O deputado João Herrmann (PMDB-SP) será operado quarta-feira, em Campinas, de um calo nas cordas vocais.

(Painel FSP - 07/02/88)

Kiriri e posseiros fazem acordo

Com a promessa de indenização de todos os posseiros, por parte da Funai, voltou a reinar a paz entre os índios Kiriri (Bahia) e nove posseiros que haviam invadido a terra indígena e ali permaneceram durante uma semana, inclusive tendo incendiado as casas de dois índios e queimado várias roças. Os nove sentiam-se injustiçados, porque o processo de indenização estava pendente desde 1984, quando 50 posseiros foram retirados da área, ao ser demarcada, e eles discordaram dos termos dos acordos.

Mais de dois índios habitam a área indígena Kiriri, na Bahia, localizada no município de Ribeira do Pombal, distante cerca de 256 quilômetros de Salvador e palco de constantes conflitos entre índios e posseiros que, a revelia da demarcação, insistem em instalar-se ali. A demarcação foi feita em 1984, quando foram retirados 50 posseiros, cujas indenizações foram providenciadas pela Funai, MIRAD, INCRA e a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia. Contudo, nove processos ficaram pendentes, por que os posseiros questionaram a propriedade das terras pelos índios.

Os Kiriri habitam a reserva há

muitos anos, tendo recebido suas terras ainda no Brasil Império, doados por Dom Pedro II. Os posseiros não aceitaram o título imperial, registrando-se vários conflitos entre invasores e índios em todos estes anos. A área demarcada equivale a 12 mil e 300 hectares.

Há uma semana os posseiros não indenizados invadiram a área, seguidos de mais de 100 pessoas, provocando grande tensão, com o objetivo de tomar a terra dos índios, queimando casas e roças. A situação só se acalmou no final de semana, quando o Presidente da Funai, Romero Jucá Filho, enviou telex ao Administrador Regional, em Paulo Afonso, Walfrido Silva, prometendo a indenização para todos os posseiros. Com a saída dos posseiros, da área indígena, também já se retirou a força policial solicitada pela instituição para apaziguar a situação. Ficaram apenas seis policiais militares por medida de segurança, devendo serem também retirados se tudo continuar normal no decorrer da semana. O Presidente da Funai, Romeu Jucá, prometeu agilizar junto ao MIRAD as indenizações aos posseiros, para que estes deixem os Kiriri em paz de forma definitiva.

A revolta dos Mucurap e Tupari

A delegacia da Funai, em Porto Velho, enviou para a região de Nova Brasilândia, a 600 quilômetros da capital, uma equipe chefiada pelo sertanista Eraldo Belmini Valença, para tentar apaziguar os índios Mucurap e Tupari, que estão entrando em choque com madeireiros que des

de maio do ano passado provocam atrito com a tribo devido a retirada da madeira. O delegado interino, Geovani Silva, negou desconhecer a presença no local de índios Surui, cuja tribo fica fora dos limites do município de Nova Brasilândia. (Correio Brasiliense, 28/01/88)

Reserva tem pouca proteção

A entrada de novos garimpeiros na área dos ianomamis está bloqueada a partir desta semana, com a entrada em vigor do "Plano de Emergência Índio-Garimpeiro". O governo de Roraima enviou quatro soldados e um cabo da polícia para verificar a entrada de todas as aeronaves e anotar os prefixos.

O presidente da Funai, Romero Jucá, disse que é necessário "que os ín-

dios tenham tranquilidade, enquanto aguardamos a demarcação da área ianomami".

O administrador da Funai em Boa Vista, Esmeraldino Neves, diz que inúmeros garimpeiros chegam diariamente, sem que o pequeno contingente da PM possa impedi-lo. Acha que é necessário o governo mandar maior contingente de policiais, pois garimpeiros e índios possuem armas. (ESP - 10/02/88)

A PAZ MAIS PRÓXIMA

O governo da Nicarágua conseguiu esta semana avançar muito em direção à paz na região. A rejeição pelo Congresso dos Estados Unidos da ajuda aos Contras (36 milhões de dólares) solicitada pelo Presidente Reagan foi um passo decisivo e um sinal positivo para a continuação das negociações iniciadas com o plano de paz de Esquipulas.

Igreja Presbiteriana dá apoio ao governo da Nicarágua

A Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos publicou um documento sobre a situação nicaraguense, após visita de uma delegação presbiteriana à América Central. "A imagem que a administração (Reagan) pinta da Nicarágua é substancialmente diferente da realidade observada pelo Comitê de Trabalho", diz o documento da Igreja Presbiteriana.

O documento assinala, ainda, que a Frente Sandinista, que dirige a Nicarágua, "tem demonstrado criatividade e flexibilidade para começar a transição até uma forma de governo constitucional. Foram estabelecidas leis que definem o papel e os direitos dos partidos políticos. Ocorreram eleições nacionais. Foi ratificada uma Constituição significativamente modificada pelos direitos de oposição. Durante nossa visita pudemos ainda observar cartazes com os slogan competitivos de cada um dos sete partidos políticos".

Ao final, o documento conclama a todos os membros da Igreja Presbiteriana

na dos EUA a "rezar regularmente e jejuar pelo menos uma vez por mês para interceder pelo povo da Nicarágua", "responder generosamente a chamados de ajuda humanitária para o povo da Nicarágua", "continuar a buscar de uma relação de irmandade com a Igreja Morava nos Estados Unidos, Honduras e Nicarágua", e "trabalhar pelo retorno da população indígena da Costa Atlântica e pela manutenção de sua identidade cultural".

A Igreja Presbiteriana também apela ao governo norte-americano no sentido de "cessar toda assistência direta ou indireta aos contras, toda assistência a grupos privados que ajudem aos contras, e a parar todos os esforços por motivar a outros governos ou grupos a que ajudem os contras"; "terminar o embargo econômico contra a Nicarágua e restabelecer relações comerciais normais"; e "respeitar a soberania da Nicarágua e seu direito à autodeterminação. (AGEN-07/01/88)



Agora no Brasil a edição em português do jornal BARRICADA. Conheça-o.
Maiores informações, cartas para "Panorama/Noticioso, Av. Franklin Roosevelt, 39/418 - RJ CEP - 20.021

BARRICADA

EDIÇÃO EM PORTUGUÊS DO
ÓRGÃO INTERNACIONAL DA FRENTE SANDINISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

internacional

A SECA DO CEARÁ

Armazém da Cibrazem é saqueado por flagelados.

Novecentas pessoas saquearam o armazém da Cibrazem, no município de Senador Pompeu, apropriando-se de todo o estoque de arroz, farinha, biscoito, sardinha e feijão. Estas pessoas estão há quase dois meses sem receber o salário do programa de atendimento às vítimas de seca. (JB - 02/02/88)

Tentativa de saque em milhã

Em Milhã, na mesma região outros saques vem ocorrendo, aproximadamente 200 agricultores tentaram saquear o pos-

to da Codagro. Não tiveram tempo. O prefeito da cidade apressou-se a distribuir alimentos aos flagelados. (OESP - 02/02/88)

Prefeitura doa comidas para evitar saques.

Para evitar que cerca de 700 trabalhadores rurais saqueassem o comércio de Piquet Carneiro, interior do Ceará, a prefeitura e comerciantes distribuíram gêneros alimentícios entre eles, que exigem o pagamento atrasado dos seus salários do programa de emergência. Eles estão sem receber já mais de 45 dias. (JB - 04/02/88)

Reforma no campo tem convênio

No dia 6, o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário Jader Barbalho e o governador do estado de São Paulo Orestes Quêrcia assinaram convênio de regionalização e desapropriaram mais 38,5 mil hectares no estado. Também foram entregues as autorizações para uso da terra a

1.250 famílias. Esse foi o primeiro convênio de regionalização assinado pelo ministério. O ministro esclarece que a partir de agora, o governo pretende transferir a incumbência da reforma agrária para os estados. (OESP - 07/02/88)

Jáder não faz crítica aos três antecessores

O atual ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário não tem nenhuma crítica a fazer a seus antecessores que, conforme afirmou o presidente Sarney ao presidente da CNBB, don Luciano Mendes, "simplesmente não deram conta do recado".

Para um dos poucos sobreviventes do primeiro escalão da equipe de Marcos Freire, no entanto, a crítica de Sarney é típica "de quem não acompanha de perto o problema". Segundo esse assessor, além de todos os percalços, a reforma agrária sofreu também com a falta de uma vontade política do governo como um todo para

realmente tirá-la do limbo dos meros projetos e torná-la real: - Nunca nenhum ministro da Reforma Agrária teve apoio do PMDB, e alguns setores do partido chegaram mesmo a tentar travar a reforma de várias maneiras, chegando a dizer que era tudo coisa de comunista. Enfim, mentiras que visavam confundir - criticou, referindo-se ao fato de que a linha de frente contra a reforma agrária na Constituinte é exatamente de parlamentares do PMDB, como Roberto Cardoso Alves, Arnaldo Rosa Prata e Jorge Viana.

(JB - 06/02/88)

Produtores de trigo vão mover ação judicial contra União

Triticultores de Mato Grosso do Sul abandonaram a política da UDR e da Federação dos agricultores, e criaram a Associação Maracajuense de Agricultores (AMA) para mover uma inédita ação judicial coletiva contra a União, com a qual esperam o ressarcimento de prejuízos causados pelas defasagens de preços mínimos. O motivo da ação, segundo o presidente

da AMA, deve-se ao fato de que o governo, ao fixar com atraso o preço mínimo da safra de 87, não respeitou a lei 4.504/64, conhecida como "Estatuto da Terra", que prevê, no caso do trigo, a garantia de lucratividade de 30 por cento e a fixação do preço mínimo 60 dias antes do plantio. (FSP - 03/02/88)

Garimpo pressiona governo

Os garimpeiros de Serra Pelada estão tentando mais um vez conseguir do governo federal o pagamento da sobra de ouro que ficou retida da venda que fizeram a Caixa Econômica Federal e entregue posteriormente ao Banco Central. Com esse dinheiro, os garimpeiros pretendem ampliar o trabalho de rebaixamento já iniciado e que consideram insuficiente para

dar o mínimo de segurança a continuidade da garimpagem na serra.

O presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá está em Brasília tentando a liberação do recurso e, de acordo com um dos diretores da entidade, os garimpeiros deverão recorrer mais uma vez a Justiça. (OESP - 03/02/88)

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual **CZ\$200,00**

América Latina: US\$ 50

América do Norte: US\$ 65

Europa, África e Ásia: US\$ 70

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Est.: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o:
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241

Rio de Janeiro — RJ.

CGT em crise poderá expulsar Medeiros e Magri

A derrota enfraqueceu a posição da diretoria, agravada com a posição do Presidente dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antonio Medeiros, do Secretário de Relações Internacionais e presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antonio Rogério Magri, e mais três membros da executiva nacional.

A derrota da chapa apoiada pela CGT no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (no ABC paulista) desencadeou uma crise que poderá ter como resultado a substituição de toda a direção nacional da entidade. A chapa 1, apoiada pela CUT, teve a esmagadora maioria dos 17.500 votos dos trabalhadores.

Eles estão sobre ameaça de expulsão da entidade por suas posições a favor de acordos com a direita, representada pelo Centrão no Congresso Constituinte.

Congresso

A avaliação do comportamento da direção nacional da CGT será feita durante um congresso nacional. A decisão foi tomada após reunião de representantes da CGT de 18 estados, no Rio. Na reunião, ficou acertado que a Comissão Executiva Nacional será convocada para estudar a posição assumida por cinco de seus membros em favor de políticas adotadas pelo Centrão e desautorizá-los a falar em nome da CGT.

Na CGT autocrítica e divisão

Após observação de alguns dos membros da executiva nacional da CGT presentes ao encontro, como Sérgio Barroso e Arnaldo Gonçalves (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos), de que o pedido de expulsão "criaria condições pa-

ra a divisão da CGT e conseqüente fortalecimento de outra central, só que a serviço da direita", o plenário optou pela convocação de uma reunião nacional, provavelmente, em Brasília.

(ESP - 10/02/88)

Metalúrgicos: FIESP promete 25% de reajuste antecipado

Cerca de 750 mil metalúrgicos de todo o Estado terão 25,56% de reajuste salarial já a partir de 1º de fevereiro. Acordo nesse sentido o Grupo 14 da Fiesp assinou ontem, em São Paulo, com a Federação dos Metalúrgicos do Estado, representando 36 sindicatos, e com o departa-

mento metalúrgico da CUT, que envolve outros dez sindicatos de trabalhadores. Esses 25,56% representam a aplicação geométrica da URP (9,19%) de janeiro e uma antecipação de 15% concedida pelos empresários. (ESP - 10/02/88)

FLASHES DA IMPRENSA

Sindicato da Central do Brasil tem peso decisivo na greve

Com o maior número de ferroviários sindicalizados em todo o país (27 mil) e controlando linhas estratégicas para a economia nacional, como o transporte de carvão e minério e o abastecimento da Campanha Siderúrgica Nacional, o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, no Rio, tem tido um peso decisivo no comando nacional da greve. Além do transporte diário de 1,2 milhão de passa-

geiros no Rio, estão sob sua influência os trabalhadores de parte de Minas Gerais e São Paulo.

Fundado em 1961, o sindicato sofreu intervenção militar em 1964. Desde novembro de 1985, com a eleição de uma nova diretoria, ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), como o regime salarial da RFFSA é unificado, conquistou a liderança das campanhas.

Trabalhadores decidem manter o movimento e a Rede promete demitir

Cerca de 600 ferroviários decidiram em assembléia na estação D. Pedro 2º, no centro do Rio, manter a greve pela implantação do plano de cargos e salários. Decepcionados com o resultado da reunião de conciliação no TST, em Brasília, os ferroviários declararam-se dispostos a manter a greve mesmo que ela seja julgada ilegal. A assessoria de imprensa da RFFSA informou, no início da noite, que a par-

tir de hoje pode haver demissões. O comando nacional da greve ameaçou, em represália, entrar com pedido de demissão coletiva.

A noite, o clima era de decepção. "Eles fizeram um acordo com a gente, prometeram apresentar uma proposta ao TST e não apresentaram nada", disse o secretário-geral do Sindicato da Central do Brasil, Walter de Abreu Lima.

Estão parados 220 vagões entre Bauru e MS com combustível

A RFFSA tem 220 vagões, com cerca de dez milhões de litros de combustível, parados nos 1.600 km de ferrovia entre Bauru e Campo Grande (MS) devido à greve dos ferroviários. Em Bauru, a superintendência das Ferrovias Paulistas S/A (Fepasa) pediu a intervenção da Polícia Militar e retirou, na noite do último sábado, 30 vagões carregados de milho e combustível que estavam estacionados no pátio de man-

obras da RFFSA, na cidade (a 335 km de São Paulo).

De acordo com a Fespasa, a greve já causou prejuízo de Cz\$ 15 milhões para a empresa. A superintendência da RFFSA, em Bauru, disse que a intervenção da PM aconteceu depois de um entendimento entre Fepasa e RFFSA, que não conseguiram convencer os grevistas da necessidade de retirada dos vagões.

GREVE: UM EXERCÍCIO DE LIBERDADE

Os ferroviários resistiram e, como publicou o Jornal do Brasil do dia 10, uma "difícil resistência" diante das ameaças e das demissões no nono dia de uma greve nacional. O Exército assumiu o papel de polícia e colocou os tanques na rua. A greve não acabou, ela foi desativada à força e à custa de sangue. Sangue de pelo menos um operário da Rede baleado e morto pelos guardas ferroviários numa estação de São Paulo. Os "fura-greves" começaram a aparecer com grupos de ferroviários aposentados trabalhadores de outras companhias, como a Fepasa. Um trem que saiu de Minas Gerais com 81 vagões carregados com 7 mil toneladas de minérios de ferro foi barrado em Três Rios pelos grevistas que utilizaram até de graxa nos trilhos para impedir que o trem prosseguisse.

O governo permaneceu insensível, como nas demais ocasiões em que enfrentou esse tipo de confronto. As lideranças resistiram e prometem: a luta continua.



Um tanque do Exército com o canhão voltado para a linha férrea, em Barra do Piraí, antes de o trem chegar